

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 519.408 - SP (2019/0191955-5)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
LUÍS CÉSAR ROSSI FRANCISCO - SP227133
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ELIZEU SANTOS SOUZA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em favor de ELIZEU SANTOS SOUZA, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento do HC n. 2108703-30.2019.8.26.0000.

Extraí-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante pela suposta prática do delito tipificado no art. 129, § 9º, e no art. 147 c/c art. 69, do Código Penal (violência doméstica e ameaça). Referida custódia foi convertida em preventiva.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem nos termos do acórdão assim ementado:

HABEAS CORPUS Violência doméstica. Lesões corporais e ameaça (arts. 129, § 9º; e 147; c.c. 69 do CP) Réu reincidente específico Pleito de revogação da prisão preventiva.

Pressupostos da segregação cautelar presentes Inócuas outras medidas do artigo 319 do CPP Ordem denegada. (fl. 84).

No presente *mandamus*, sustenta a impetrante a desproporcionalidade da custódia, uma vez que em eventual condenação será imposto ao paciente regime diverso do fechado.

Alega ausência dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, de modo que a custódia cautelar não estaria suficientemente fundamentada.

Destaca as condições pessoais favoráveis do paciente e a suficiência da aplicação de medidas alternativas.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva.

Indeferida a liminar (fls. 94/95) e prestadas informações (fls. 103/121), o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *writ* (fls. 123/127).

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório.

Decido.

O *writ* está prejudicado.

Isso porque, em consulta ao sistema informatizado do Tribunal de origem constatou-se que, no dia 11/9/2019, nos autos da Ação Penal n. 1501766-94.2019.8.26.0536, foi revogada a prisão preventiva do paciente, expedindo-se alvará de soltura em seu favor.

Assim, não há como negar a perda superveniente do objeto deste *habeas corpus*, tendo em vista ter cessado as circunstâncias determinantes da impetração.

Ante o exposto, com fulcro no art. 34, XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, julgo prejudicado o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimações necessárias.

Brasília, 04 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator